

## A CONSTRUÇÃO DA GEOGRAFIA BRASILEIRA

Manuel Correia de ANDRADE<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

Analisando-se a situação atual da geografia brasileira, observa-se que ela é uma das mais ativas que temos conhecimento, de vez que ela é ministrada em nível superior e em nível de pós-graduação em dezenas de universidades situadas nos mais diversos pontos do país. Os geógrafos contribuem com uma vasta produção científica, em livros, em revistas especializadas e não especificamente geográficas, realizam seminários, congressos e reuniões científicas várias vezes por ano e em pontos diversos do território nacional. Além disto, participam ativamente, contribuindo com trabalhos que são apresentados em congressos e simpósios internacionais e desenvolvem trabalhos de planejamento e consultoria em órgãos públicos e privados. Os congressos e encontros promovidos pela Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) reúnem milhares de participantes, não só geógrafos como também especialistas de disciplinas afins e estudantes; a Associação Nacional de Pesquisa em Geografia (Ampege) realiza congressos bianuais, com grande participação e elevadas discussões científicas, e nos encontros latino-americanos de geografia, realizados geralmente de dois em dois anos, a delegação brasileira é das mais numerosas, muitas vezes suplantando 50% dos participantes, como ocorreu em Buenos Aires, em 1997.

Partindo destes pressupostos, podemos refletir como a geografia, ciência que existe desde os tempos mais antigos, mas que se estruturou de forma acadêmica a partir da segunda metade do século XIX, teve um desenvolvimento tão expressivo no país. Como, em um país com tradições universitárias relativamente recentes, pôde esta ciência despertar tão grande interesse, atingindo os limites que atingiu?

<sup>1</sup> Doutor em Geografia. Fundação Joaquim Nabuco, Recife - Pernambuco.

Quais as razões e os rumos do simples conhecimento geográfico ou a percepção das paisagens geográficas que levaram os estudiosos e pessoas observadoras a estruturar e construir um conhecimento científico? Quais as relações que existem entre os textos produzidos desde o "descobrimento" – carta de Pero Vaz de Caminha – ainda no século XV, e os modernos estudos geográficos, as teses acadêmicas, os ensaios e os livros atualmente produzidos?

Necessitamos definir como deve ser entendida a palavra "construção", derivada do verbo construir. A nosso ver devemos levar em conta que nada se encontra construído de forma definitiva e estática na superfície da Terra, sobretudo no campo do saber. Uma construção nunca alcança o fim para que foi estabelecida, já que o próprio processo de construir faz com que se vá modificando o que se planejou e, antes que atinja o fim desejado, este vai se ampliando e se transformando. O saber científico está sempre em perpétua ebulição, com novas descobertas e novos desafios e, conseqüentemente, novas modificações e sugestões a serem desenvolvidas. Daí pensamos que, no caso específico da geografia brasileira, há uma contínua sucessão de metas a serem atingidas e de meios a serem utilizados para atingir essas metas. Daí também a necessidade que se tem de, ao mesmo tempo que se reflete e se escreve sobre geografia, se refletir e se escrever sobre o pensamento geográfico e a sua evolução, com menor ou maior interação com as outras ciências naturais e sociais.

Na análise desta construção que vamos tentar fazer, procuraremos periodizá-la em fases que não são delimitadas no tempo porque, em geral, duas fases se interpenetram, iniciando-se uma antes que a outra tenha sido concluída.

Admitimos que se sucederam, no Brasil, as diversas fases que se seguem: a das crônicas geográficas, a dos ensaios de interesse geográfico e dos precursores da geografia acadêmica ou científica, a dos geógrafos chamados geralmente de clássicos e a dos geógrafos modernos. Esta última, por ser a mais recente, ocorrida no período em que a produção geográfica foi maior, compreende várias correntes como a teórica, a marxista, a da percepção, a ambientalista e a de outros grupos neopositivistas e dialéticos de menor expressão, entre outras. É interessante analisar cada uma dessas fases para melhor compreender a geografia brasileira nos dias atuais.

## AS CRÔNICAS DE INTERESSE GEOGRÁFICO

Desde o seu descobrimento, o Brasil foi objeto de observações de interesse geográfico por parte de não geógrafos – navegadores, degredados, comerciantes etc. –, que escreveram importantes textos sobre o que viram, as paisagens e o homem que vivia na nova terra descoberta. Esses textos, hoje publicados e analisados por especialistas, constituem material de grande interesse para o conhecimento geográfico do país. O mais antigo documento sobre o Brasil é justamente a famosa carta de Pero Vaz de Caminha, dirigida ao rei d. Manuel, na qual ele anuncia a "descoberta" de Cabral e dá notícias sobre a terra e sobre os indígenas, e fala com entusiasmo das águas e da flora e com um certo deslumbramento diante da beleza e da nudez das índias.

Nessa carta, que possui hoje diversas edições críticas e cuja leitura é muito difundida, observa-se como o europeu, homem de médias latitudes, ficou extasiado diante da exuberância da natureza tropical, a ponto de exclamar extasiado: "Em esta terra, em se plantando tudo dá". Foi o primeiro otimista diante do Brasil.

Mas os cronistas foram se sucedendo à proporção que o território ia sendo descoberto e ocupado. Já no século XVI, tivemos as descrições de Gandavo, de Gabriel Soares de Souza, de Hans Staten, de Pero Lopes de Souza e as famosas cartas de Américo Vespucci, que provocaram a denominação do novo continente. No século XVII, numerosos escritos foram produzidos, tanto por historiadores como Frei Vicente do Salvador, Yves d'Evreux, como de cronistas holandeses ligados à disputa pela conquista da colônia.

A guerra holandesa provocaria também a produção de numerosos estudos, predominantemente históricos, mas com grande interesse geográfico, tanto de holandeses como de portugueses, geralmente procurando glorificar determinados patronos, como João Fernandes Vieira e Maurício de Nassau. Cientistas que acompanharam Nassau em sua viagem ao Brasil, como Piso e Marcgrave, deixaram livros de grande interesse sobre a natureza tropical nordestina. Assim, muito antes que se houvesse definido um campo específico do conhecimento geográfico, ele já era explicitado por pessoas voltadas para o comércio e a administração, em trabalhos voltados para a caracterização de suas atividades e a possibilidade de maximização do sucesso das mesmas.

À proporção que a conquista ia se consolidando, o território brasileiro se tornava conhecido por meio das numerosas obras escritas,

despertando um maior interesse na caracterização das possibilidades econômicas de sua exploração e da problemática de dominação das nações indígenas que se opunham à conquista e à catequese e do relacionamento dos escravos importados da África que tentavam resistir ao cativeiro. Muitas dessas crônicas tinham caráter militar e não eram publicadas, enquanto outras eram censuradas para que o país não despertasse a cobiça das nações concorrentes.

Alguns desses trabalhos se destacaram dos demais pelo nível de informações que ofereciam e pelo interesse que despertavam nos estudiosos. No século XVI, consideramos de maior importância livros como *Diálogos das grandezas do Brasil*, de Ambrósio Soares Brandão (1) e o de Gandavo (2); o primeiro tinha grande interesse geográfico e ecológico e o segundo um valor histórico. No do século XVII, temos livros como o de frei Vicente do Salvador (3), escrito antes da invasão holandesa; após a expulsão dos flamengos, livros como o de frei Manuel Calado (4) e o de Barleus (5). Este autor, apesar de nunca haver estado no Brasil, escreveu sobre a nossa terra, fazendo o seu trabalho com base nas informações obtidas dos arquivos do príncipe de Nassau.

No século XVIII, destacaram-se livros como o de Rocha Pitta, embora contenha alguns exageros, e, sobretudo, os de Antonil e de Jorge Benci, ambos jesuítas italianos. Antonil, jesuíta que aqui viveu durante muitos anos, escreveu um *Tratado descritivo do Brasil* (6) em que olhou o país com um espírito de globalidade, voltado para todo o território, caracterizando as várias regiões e levando em conta as atividades produtivas, como a da cana-de-açúcar, que ocupava maior espaço, do ouro, que foi responsável pela ocupação de grande parte da porção centro-meridional do Brasil, do gado, responsável pela ocupação do sertão nordestino e do centro-oeste e, finalmente, a do tabaco, que teria tornado o Brasil conhecido nos vários continentes. Cada um dos quatro tipos de ocupação do território representava para ele um sistema e, com muito cuidado e perspicácia, procurou caracterizar as formas de exploração de cada cultura e o relacionamento que havia entre os proprietários da terra e os que a trabalhavam, quer como escravos, quer como homens livres. Acreditamos que tenha sido Antonil o primeiro estudioso autor de uma obra de transição entre a dos cronistas e a dos ensaístas.

## ENSAIOS DE INTERESSE GEOGRÁFICO

De um modo geral, consideramos algumas obras escritas durante o Império e a Primeira República como ensaios que, se não tinham por fim a realização de um trabalho geográfico, face à preocupação com a realidade brasileira, tinham um grande interesse para a geografia e abordavam temas que hoje preocupam ao geógrafo. No período imperial foi largamente discutido o problema da centralização e da federação do país; a centralização foi vitoriosa e a federação só seria adotada após a Proclamação da República. Nesse período, um dos maiores políticos e estudiosos do Brasil, A. C. Tavares Bastos, defensor da idéia federativa, escreveu uma série de ensaios sobre o tema, reunidos no livro intitulado *A federação* (7) no qual ele só defendia a mudança institucional como a elevação das províncias a estados, quando se referia à situação daquelas províncias que já tinham condições de se auto-administrarem, em comparação com as que não tinham e que deveriam ficar sob o controle direto do governo imperial até que atingissem essas condições. Seriam, então, verdadeiros territórios que só vieram a surgir após a conquista do Acre. Esta idéia federativa, de forma mais radical, seria adotada por Alberto Sales (8) ao defender em Campinas a implantação da República, ou seja, cada província a adotaria, com a possibilidade de, após a proclamação do novo regime se formar uma Confederação. A idéia de uma forma de estado confederado no Brasil persiste até os nossos dias, tendo sido exposta por Alfredo Ellis Júnior na década de 30 (9) e continua como uma possibilidade a ser estudada até hoje, conforme foi demonstrado por Andrade em livro sobre o separatismo no Brasil (10).

O grande livro sobre a interpretação da realidade brasileira no período imperial foi o de Joaquim Nabuco, ao fazer um estudo sobre a atuação política de seu pai – o Senador Nabuco Araújo –, em que dá uma visão geral do Império. Nabuco, naquele tempo, já salientava a grande importância do trabalho escravo na economia brasileira do período colonial e imperial e a extraordinária contribuição dada à formação do país. Ele, praticamente, atualizou e comungou da opinião expressa por Antonil ao afirmar que o escravo negro “era os pés e as mãos do branco no Brasil colonial”. Ao combater a escravidão como instituição, Nabuco desenvolveu uma análise crítica da importância e dos problemas ligados ao latifúndio e à monocultura, admitindo que era um sistema feudal. O caráter feudal ou, ao contrário, capitalista, do sistema da formação social brasileira seria tema de grande discussão

nos anos 50 do século XX, quando Caio Prado Júnior (11) o contestou afirmando que o empreendimento colonial já era de natureza capitalista, enquanto Nelson Werneck Sodré o admitia como um sistema feudal específico, bem diferenciado do modelo europeu, devido às suas ligações com o mercado externo (12), e Alberto Passos Guimarães, ligado à linha ortodoxa do Partido Comunista Brasileiro, defendia a existência da plenitude feudal no modelo brasileiro (13).

Entre os ensaios de interesse geográfico, podem ser indicados ainda os livros de Euclides da Cunha, de Manuel Bonfim, de Alberto Torres, etc. O primeiro, não só em *Os sertões* como também em *Peru versus Bolívia e Contrastes e confrontos*, tem análises altamente geográficas. Em *Os sertões*, analisa as características geográficas da Terra, o meio físico, e segue com a análise do homem e do papel por ele desempenhado na luta de dominação e de adaptação do meio, desenvolvendo temas culturais da maior importância. Só na terceira parte é que ele parte para a descrição da luta, da verdadeira guerra de Canudos (14). Em *A margem da história*, ele estuda a ocupação da Amazônia e as características geográficas da mesma, com a verdadeira intuição ecológica, mostrando a ação do homem num meio que considerava geologicamente ainda em formação (15).

Manuel Bonfim, estudioso da problemática brasileira numa ocasião em que os intelectuais e as elites teimavam em apresentar o Brasil como "uma Europa nos trópicos", analisou o país em livros, hoje clássicos, mostrando que, pelas nossas origens e pelo meio em que vivíamos, o sentido da nossa civilização era outro e nos encaminhavam para uma civilização diferente, entre os continentes que contribuíram para a nossa formação (16).

Alberto Torres, político militante mais que intelectual, dedicou-se a combater o modelo da Primeira República, defendendo uma menor autonomia para os estados e uma estrutura mais ligada à nossa formação social, em livros que tinham uma finalidade política (17). Admitimos que suas idéias influenciaram sobretudo ao sociólogo Oliveira Vianna, que defendia uma formação mais aristocrática e procurava origens nobres para a elite brasileira, em livros que ficaram famosos (18).

## OS PRECURSORES DA GEOGRAFIA BRASILEIRA

Podemos considerar como precursores da geografia científica no Brasil, autores que publicaram, nas três primeiras décadas do século XX, livros especificamente de geografia ou livros de análise do meio ambiente e das paisagens de grande interesse. Dentre os precursores podemos destacar figuras como Raimundo Lopes, que escreveu um ensaio notável sobre o Maranhão (19) e depois um livro quase didático de geografia humana, que ele chamava, como Ratzel, de *Antropogeografia*, baseado em curso que ministrou sobre a matéria no Museu Nacional. Também foi notável a contribuição dada por Agamenon Magalhães ao escrever, em 1921, a sua tese de candidato à cátedra de geografia geral do Ginásio Pernambucano sobre o nordeste brasileiro, na qual analisou a região à luz dos ensinamentos dos maiores geógrafos do seu tempo, sobretudo franceses (20). Nessa época já se difundira no Brasil idéias de geógrafos franceses, como Eliseé Reclus e Vidal de la Blache. Convém salientar que o barão do Rio Branco, nos fins do século XIX, colaborou na *Geografia geral* do mestre francês Eliseé Reclus com o tomo sobre o Brasil.

No Rio de Janeiro, destacou-se um grupo de estudiosos da realidade brasileira, profundamente influenciado pelas idéias de Friedrich Ratzel e que teve como maior expoente o geopolítico Everardo Backauser, que combatia o sistema federativo e que, para inviabilizá-lo, defendia que se fizesse uma nova divisão territorial do país que contrariasse as tradições existentes. Essas idéias deram origem a uma proposta semi-oficial, formulada por Teixeira de Freitas, quando influente no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, criado no governo Vargas em 1939 (21).

Dentre os precursores da moderna geografia brasileira, destaca-se a figura exponencial que foi Delgado de Carvalho, brasileiro, nascido na França e lá diplomado em ciências políticas, retornou ao Brasil, onde se fixou, tendo sido o introdutor dos métodos de pesquisas geográficas francesas e do interesse pela geografia regional. Na época, discutia-se nas universidades francesas a natureza e as características das regiões. Após o seu livro básico, *O Brasil meridional*, publicado em 1910, Delgado de Carvalho voltou-se para o ensino e para a metodologia de pesquisa geográfica, tomando-se o primeiro geógrafo brasileiro (22).

Nas décadas de 20 e de 30, os militares, preocupados com o crescimento econômico argentino, com a sua consolidação e com a disputa de espaço e de influência com o Brasil, intensificaram os estudos

da geografia brasileira. Essa preocupação se voltava sobretudo para o Prata, em face do controle que Buenos Aires exercia sobre o Paraguai e a expansão ferroviária da Argentina em direção à Bolívia. Era uma área de disputa que gerou no Brasil a chamada "marcha para o Oeste" e uma política rodoviária visando ligar São Paulo e o Rio de Janeiro aos pontos mais distantes do território nacional e às capitais de países vizinhos. Nessa linha de pensamento, encontram-se os livros de Cassiano Ricardo (23) e de Mário Travassos (24).

A Revolução de 30, com a procura de novos caminhos para o Brasil, e a disputa política entre o comunismo e o fascismo, despertaram uma grande preocupação com os estudos brasileiros; são dessa época numerosas obras sobre o país, que não eram geográficas ou não tinham preocupações com esse assunto, mas que trouxeram uma contribuição da maior importância para o conhecimento do país. Dentre elas, Antônio Cândido (25) destacou três livros: *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, *Casa grande & senzala*, de Gilberto Freyre e *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Júnior.

No seu livro, Sérgio Buarque de Holanda (26), com grandes preocupações culturais, procurou analisar a formação brasileira enfatizando sobretudo o caráter do homem, que ele considerava como o cordial. Em livros posteriores, ele analisou problemas como o da ideologia dos conquistadores e o processo de expansão brasileira, especialmente desenvolvido pelas expedições monçoneiras.

Gilberto Freyre, antropólogo de formação, iniciou as suas atividades na década de 20 com a defesa da cultura regional, nordestina, desenvolvendo preocupações de ordem histórica e também ecológicas. Continuou os seus estudos com a *História da sociedade patriarcal*, salientando a grande importância da contribuição negra à formação da mesma (27). No livro seguinte (28), ele mostrou as transformações sofridas por essa sociedade com o desenvolvimento da vida urbana, mas dando ênfase às marcas deixadas pela mesma ao se desenvolver o sistema capitalista. Em um livro síntese, *Nordeste* (29), ele faz uma análise, ecologicamente muito comprometida, da forma de apropriação da terra pelo homem branco, do colonizador e dos colonizados com o meio em que viviam e onde desenvolviam a cultura da cana-de-açúcar. Em fase posterior, sem se desligar de suas raízes, desenvolveu o estudo sobre a civilização tropical e as formas de apropriação do trópico pelo homem branco (30).

Caio Prado Júnior, que desde a juventude adotou a filosofia marxista, embora militante do Partido Comunista do Brasil, não aceitou os princípios dogmáticos impostos pela Internacional Comunista; usando

o marxismo como um método e não como uma doutrina, iniciou-se com um estudo sobre a evolução brasileira (31) e continuou com uma obra fundamental sobre o Brasil dos fins do século XVIII (32). Nessa obra, analisou a situação de colônia e condenou as interpretações de vários autores que admitiam ter o Brasil sido colonizado sob um sistema feudal; para ele a colonização já era fruto do capitalismo comercial em sua expansão extra-européia. Ao fazer essa análise, ele aprofundou as suas observações sobre as características geográficas e geoeconômicas de várias áreas e regiões do Brasil, mostrando que, no estágio de desenvolvimento em que o Brasil se achava, a sociedade dependia consideravelmente da influência do meio natural.

A contribuição desses três ensaístas foi fundamental à análise da geografia brasileira e do território do país.

#### GEOGRAFIA CLÁSSICA

A geografia hoje chamada de clássica, de tradicional e, nos anos 40, de científica, surgiu da necessidade de conhecimento e de mapeamento do território nacional, em consequência da inquietação que atingiu todos os setores do conhecimento, após a Revolução de 30. Essa década foi marcada pela fundação das universidades de São Paulo e do Distrito Federal (Rio de Janeiro), depois chamada do Brasil, quando a geografia começou a ser ministrada em curso próprio, de nível superior. A essas universidades seguiu-se a fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que recrutou geógrafos formados por essas universidades e especialistas diplomados em outras áreas e que vinham trabalhando com geografia, estatística e com cartografia.

Foi um período que os geógrafos se insurgiram contra a geografia, então considerada tradicional, muito descritiva e preocupada com a nomenclatura.

Esse movimento de renovação foi influenciado sobretudo por geógrafos franceses, como Pierre Deffontaine, Pierre Monbeig e Francis Ruellan que, acompanhados por brasileiros, como Delgado de Carvalho, Aroldo de Azevedo, José Veríssimo da Costa Pereira e Josué de Castro, começaram a desenvolver estudos de campo e pesquisas que consolidaram o conhecimento geográfico de caráter científico no país. Como o território brasileiro era pouco conhecido, dominaram sobretudo os estudos monográficos, quase sempre voltados para o rural ou para o urbano, considerados praticamente como dois mundos

antagônicos. O ensino da geografia em nível secundário também sofreu uma lenta transformação com o uso de temáticas francesas, sobretudo nos livros de Aroldo de Azevedo.

Nessa fase, a contribuição de Josué de Castro foi das mais importantes, porque ele levantou e aprofundou a análise de problemas que antes eram negados ou esquecidos no Brasil, como os da fome. Em seu livro clássico (33), ele não só caracterizou a dependência que o brasileiro vivia da subnutrição, como fez uma análise regional, na qual indicava os tipos de fome e as suas causas nas várias regiões do país. Em seguida, ampliou as suas observações estendendo-as à superfície da Terra, dando ênfase ao mundo subdesenvolvido.

Enquanto as universidades tratavam da formação de professores e de pesquisadores, o IBGE, como órgão do governo, orientava a padronização das estatísticas nacionais, a elaboração do mapa do Brasil ao milionésimo e tentava a realização de uma política de transformação e de integração do território.

Foram realizados estudos sobre a divisão regional do Brasil, sob a orientação de Fábio de Macedo Guimarães (34), de transferência da capital federal para o Planalto Central do Brasil, com a participação de Francis Ruellan, de uma política de expansão territorial, com a chamada "Marcha para o Oeste" e a análise das áreas de colonização do sul do país. Durante algum tempo, sobretudo em sua fase inicial, houve uma preocupação com o problema, muito discutido anteriormente, da redivisão política e territorial do país.

Além do IBGE, das universidades citadas e de outras que foram surgindo, teve grande atuação ainda a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), fundada por Pierre Delfontaines em São Paulo, e que até 1970 se reunia em cidades previamente escolhidas onde eram feitas pesquisas rápidas na área em que estava sediado o conclave, com debates de teses e comunicações apresentadas pelos participantes. Durante anos a AGB funcionou quase como um centro de pós-graduação para geógrafos recém-formados.

Nas décadas de 40 e 50, foram produzidos ensaios da maior importância, nos quais se destacaram geógrafos como Orlando Valverde – *Geografia agrária*, Aroldo de Azevedo – *Ensino de geografia*, João Dias da Silveira e Gilberto Osório de Andrade – *Geografia física*, Aziz Ab Saber – *Geomorfologia e estudos do meio ambiente*, Araújo Filho – *Geografia do café* e *Geografia portuária*, Pedro Geiger – *Geografia humana*, Ary França e Pasquale Petoone – *Geografia agrária*, Mário

Lacerda de Melo – *Geografia da região açucareira*, Victor Peluso Junior, Maria da Conceição Carvalho, Nilo e Lizia Bernardes, Elza Coelho de Souza Keller, Renato Silveira Mendes.

## AS TENTATIVAS DE RENOVAÇÃO DO CONHECIMENTO

A partir do golpe de 64, estimulado pelo governo militar, surgiu no estudo das ciências sociais uma tendência quantitativista com grande repercussão no campo da geografia. Nascia, assim, a chamada geografia quantitativa ou teórica, que teve grande influência na UNESP, campus de Rio Claro, e na UFRJ, no Rio de Janeiro. Os teóricos passaram a condenar a geografia clássica ou francesa e a apelar para o desenvolvimento do pensamento anglo-americano, dando maior importância aos modelos matemático-estatísticos e condenando o uso do trabalho de campo. Foi um período de grande influência de autores como Bunge, Harvey e outros que discutiam a natureza e o caráter da geografia. Era uma renovação favorável ao governo militar porque, fazendo trabalhos baseados exclusivamente em estatísticas, projetavam o crescimento econômico, deixando à margem as implicações sociais e ecológicas desse crescimento. Ela prenunciava os tempos atuais de globalização e de dissolução da soberania.

Os trabalhos produzidos nessa linha foram numerosos, sobretudo porque dispunham dos meios de difusão, de periódicos como o *Boletim de geografia teórica* e, com menos sectarismo, a revista *Geografia*, com grande difusão entre especialistas. Foram muitos os geógrafos dessa corrente que se destacaram. Dentre outros, Antônio Christofolletti, Alexandre Filizola Diniz, Antônio Ceron, Pedro Geiger, Speridião Faissol etc.

Com a abertura política e a possibilidade de uma discussão maior dos temas científicos nas universidades, surgiram várias correntes que são chamadas, geralmente, de geografia crítica. Ao nosso ver, esta denominação, apesar de consagrada, não é muito feliz, pois coloca em um mesmo grupo geógrafos com linhas de pensamento diferentes. Assim, pode-se desenvolver o pensamento crítico de Milton Santos que, tendo iniciado os seus estudos com temas regionais, passou, em seguida, a dedicar-se à chamada geografia urbana. Exilado na Europa e, após, trabalhar na África e na América do Norte, passou a dar grande ênfase aos estudos sobre o mundo subdesenvolvido, salientando as características fundamentais das sociedades do chamado Terceiro

Mundo, em contraste com o mundo dito desenvolvido. Nessa fase, a sua maior contribuição foi em torno da economia urbana, tendo desenvolvido depois estudos sobre a própria natureza da geografia e o desenvolvimento por ela apresentado, sem abandonar as áreas antes abordadas – geografia urbana e teoria geográfica –, para aprofundar mais a sua contribuição no setor da metodologia geográfica, da caracterização das formações socioespaciais e dos problemas ligados à questão da cidadania. As várias fases foram marcadas por títulos hoje em grande evidência, como *A região do cacau*, *O centro da cidade de Salvador*, *O espaço dividido*, *Por uma geografia nova*, *O espaço do cidadão* etc.

Com uma linha crítica bem acentuada, sem compromissos com tendências político-ideológicas, destaca-se a figura de Carlos Augusto Figueiredo Monteiro, que evoluiu da climatologia para os estudos de filosofia e teoria geográfica, com posição eclética; hoje, vem estudando a geografia da percepção em análise de romances e de ensaios não geográficos. Assim, ele deu uma contribuição importante à compreensão das obras de Gilberto Freyre e de Graciliano Ramos.

A influência da corrente marxista foi muito grande na década de 80 e início da de 90, embora esta corrente tenha apresentado várias tendências, havia o grupo mais ortodoxo que encarava o pensamento de Marx como dogmático e que seguia orientação, até certo ponto, traçada nos manuais da Academia de Ciências da então URSS, querendo adaptar aos tempos atuais as afirmativas dos meados do século XIX, e que se mantinham meio alheios à realidade. Havia autores, sobretudo de livros didáticos, que procuravam escantear os problemas da geografia física, geografia em uma sociologia menor. Por outro lado, havia geógrafos que admitiam Marx como um pensador dinâmico, com uma visão de totalidade e que, influenciados sobretudo por Caio Prado Junior, formulavam o seu pensamento em função da práxis e aplicavam um marxismo dinâmico e verdadeiramente dialético. Não esquecer, entre outros textos, os ensinamentos de F. Engels na *Dialética da natureza* e acompanharam com atenção os ensinamentos de geógrafos franceses como Pierre George, J. Tricart, Yves Lacoste, Michel Rochefort etc. No Brasil, entre os geógrafos críticos de formação marxista, podem ser citados Ariovaldo Oliveira, Maria Adélia de Souza, J. W. Vesentini e Manuel Correia de Andrade.

A aplicação do pensamento marxista à geografia brasileira levou à adoção de conceitos mais concretos, em substituição ao de modo de produção, utilizado apenas na reflexão teórica, ao abandono da idéia muito aceita desde o século XIX de que teria havido feudalismo

no Brasil, a uma análise mais realista das relações entre cidade e campo e ao aprofundamento das idéias a respeito da forma capitalista da apropriação da terra, levando-se em conta a dependência do capital na expansão do povoamento e da transformação do espaço em território. Esta escola vem provocando a idéia da evolução da noção de região geográfica e da variação da distribuição das regiões pelo espaço brasileiro; ela abandonou a dependência em que era colocada a região no meio natural, dando maior importância à organização humana.

Vem se desenvolvendo também uma preocupação maior com os problemas ligados ao meio ambiente, intensificando-se os estudos ecológicos à proporção que o país fica estarecido com o processo de destruição da natureza, sobretudo na Amazônia e no Centro-Oeste, com a expansão do desflorestamento. Neste sentido, vêm sendo feitos estudos, entre outros, de Orlando Valverde, Inês Garrido, Bertha Becker e Ariovaldo Oliveira. Na verdade, a Amazônia, hoje, é tema de preocupação e de estudo tanto por geógrafos como por não geógrafos, como Samuel Benchimol e Lúcio Flávio Pinto. As preocupações ecológicas já eram sentidas, nos anos 30, por Gilberto Freyre. Este, no livro *Nordeste*, aprofunda o estudo da poluição causada pelo lançamento da calda das destilarias de álcool nos rios da região, com prejuízos enormes para a população e a vida animal.

Hoje, com a acentuação dos problemas de meio ambiente, quer face à exploração desordenada dos recursos, nem sempre renováveis, quer em consequência da poluição da água e da atmosfera, os estudos ambientais vêm tendo uma grande aceleração e vêm se difundindo tanto em trabalhos propriamente geográficos como em trabalhos interdisciplinares.

Outra corrente que vem se expandindo é aquela referente à percepção, com estudos desenvolvidos, sobretudo em Rio Claro, por Livia Oliveira, e, em Belo Horizonte, por Oswaldo Amorim Filho, com posições que se intercomunicam com pensadores europeus e orientais, como If Fu Tuan.

O processo de globalização, da estruturação e desestruturação das fronteiras políticas, ao lado da desagregação dos impérios tradicionais e da formação de zonas de influência e de controle econômico, vêm despertando interesse pelos estudos de geografia política e de geopolítica, com grande impacto sobre o Brasil e a problemática sulamericana. No Brasil, a desestruturação do sistema federativo, em face do desnível de desenvolvimento entre os estados e também a atração de porções territoriais brasileiras por países vizinhos

mais poderosos, do mesmo modo a polarização para o Brasil de regiões de países vizinhos, passando em seguida para a formação de tendências brasileiras para áreas extra-fronteiras, podem ser indicados em três direções: o sul, com a formação do Mercosul, numa associação entre o Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai; o noroeste, com uma tendência à expansão brasileira para o Caribe, passando pela Venezuela, pela Guiana e pelo Suriname; e uma terceira em direção ao leste, para o Atlântico e a África, aproximando o Brasil dos países ilhas oceânicas, como Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e, principalmente, de Angola.

No plano da geografia geral, os geógrafos se sentem atraídos pela análise da formação de blocos internacionais, como a ALCA, sob a hegemonia dos Estados Unidos, a União Européia, os países árabes e os países do Extremo Oriente onde a hegemonia é disputada entre a China e o Japão. Estas observações podem ser encontradas em alguns livros didáticos de segundo grau e de bom nível, como os de Malhem Addas. Acreditamos que a geografia brasileira, muito voltada para ao território nacional, enquanto o país realizava a conquista e a ocupação do mesmo, passa a ter, no século XXI, um maior interesse pela superfície da Terra como um todo, ligando-se às preocupações e às repercussões do processo de globalização.

Na verdade, devemos compreender que a geografia brasileira não está construída, não concluiu ainda o seu processo evolutivo, ela segue um processo de construção que nunca terá fim; à proporção que vai sendo construída, vai descortinando novos desafios que precisam ser respondidos. É um devenir que não se encerra, porque a construção implica em uma permanente reconstrução. A solução de problemas vai sempre provocando o surgimento de novos problemas, em vista das transformações que a sociedade vai realizando.

#### REFERÊNCIAS

- (1) BRANDÃO, A. S. *Diálogos das grandezas do Brasil*. Recife: Imprensa Universitária, 2. ed. integral. Organizada por José Antônio Gonçalves de Melo, 1966.
- (2) GANDAVO, P. de M. *Tratado da terra do Brasil & história da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Recife: FJN/Massangana. Organização e apresentação de Leonardo Dantas Silva, 1995.

- (3) SALVADOR, (Frei) V. de. *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 3. ed., 1931.
- (4) CALADO, (Frei) M. *O valeroso Lucidemo e o triunfo da liberdade*. Recife: Fundarpe, 1985.
- (5) BARLEUS, G. *História dos feitos recentemente praticadas durante oito anos no Brasil*. Recife: Fundação da Cultura de cidade do Recife, 1980.
- (6) ANTONIL, A. J. *Cultura e opulência do Brasil em suas drogas e minas*. São Paulo: Melhoramentos, [s/d].
- (7) BASTOS, A. C. T. *A província*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2. ed., 1937.
- (8) SALES, A. *Pátria paulista*. Campinas: Gazeta de Campinas, 1887.
- (9) ELLIS Jr., A. *Confederação ou separação*. São Paulo: Liga Confederacionista, 2. ed., 1934.
- (10) ANDRADE, M. C. *As raízes do separatismo no Brasil*. Recife: Universitária, 1997.
- (11) PRADO Jr., C. *Formação do Brasil contemporâneo: a colônia*. São Paulo: Martins, 1943.
- (12) SODRÉ, N. W. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1962.
- (13) GUIMARÃES, A. P. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- (14) CUNHA, E. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1902.
- (15) CUNHA, E. *A margem da história*. Porto: Chardan de Lello e irmãos, 4. ed., 1926.
- (16) BONFIM, M. *O Brasil na história: participação das tradições, degradação política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.
- (17) TORRES, A. *O problema nacional brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.
- (18) TORRES, A. *A organização nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.
- (19) LOPES, R. *Uma região tropical*. Rio de Janeiro: Fon Fon e Saleta, 3. ed., 1970.



- (20) MAGALHÃES, A. *O nordeste brasileiro*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 3. ed., 1970.
- (21) FREITAS, T. A Redivisão política do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 3, n. 3, IBGE, 1941.
- (22) CARVALHO, D. *Le Brésil meridional: étude économique sur les états du sud*. Paris: Garnier, 1910.
- (23) RICARDO, C. *A marcha para o oeste*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1970.
- (24) TRAVASSOS, M. *Projeção continental do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 4. ed., 1947.
- (25) CÂNDIDO, A. *O significado de Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, Prefácio à 3. ed. de *Raízes do Brasil*, 1962.
- (26) HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1936.
- (27) FREYRE, G. *Casa grande & senzala*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 4. ed., 1943.
- (28) FREYRE, G. *Sobrados e mocambos*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2. ed., 1951.
- (29) FREYRE, G. *Nordeste: aspectos da influência da cana na vida e na paisagem do nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro, 2. ed., 1951.
- (30) FREYRE, G. *O luso e o trópico*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961.
- (31) PRADO Jr., C. Evolução política do Brasil: ensaio da interpretação materialista da história brasileira. São Paulo: Empresa Gráfica. *Revista dos Tribunais*, 1933.
- (32) CASTRO, J. *Geografia da fome: a fome no Brasil*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1945.
- (33) PRADO Jr., C. *Formação do Brasil contemporâneo: a colônia*. São Paulo: Martins, 1943.
- (34) GUIMARÃES, F. M. S. Divisão regional do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 3, n. 2, 1941.